

ATA 001/2016

Ata da Assembléia Geral da ASSERLEGIS – dia 07 de abril de 2016.

Aos sete dias do mês de abril de 2016, às dezoito horas e trinta minutos, na Sala Adão Preto, situada no térreo do Palácio Farroupilha, reuniu-se em Assembleia Geral a Associação dos Servidores Efetivos da Assembleia Legislativa. O presidente **Roberto Lima** conduziu os trabalhos de acordo com o edital de convocação: **I – Apresentação e votação da prestação de contas 2015** – O tesoureiro **Jorge Dutra** apresentou a prestação de contas de 2015 e o Conselheiro **Nei José Van Lare Júnior** leu o parecer do Conselho Fiscal favorável à aprovação das contas de 2015. O presidente **Roberto Lima** solicitou que a Assembleia Geral ratificasse a doação feita em outubro de 2015, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) para a compra de materiais de construção, de lonas e materiais de limpeza a fim de auxiliar os servidores terceirizados da Assembleia Legislativa que tiveram suas casas destelhadas e alagadas pelos temporais de 2015. O presidente explicou que, diante da urgência dos fatos, fizera uma consulta rápida através do grupo de Whatsapp da Associação e, com a concordância informal dos associados, autorizou a citada doação, *ad referendum* da Assembleia Geral. **Nei Van Lare** sugeriu que se pensasse numa modificação do estatuto para facilitar a reação da diretoria em momentos de emergência, como o do último temporal. A proposta ficou registrada para futuro debate de atualização do Estatuto Social. O presidente **Roberto Lima** colocou a doação em votação, que foi aprovada com uma salva de palmas pela unanimidade dos presentes. O tesoureiro **Jorge Dutra** concluiu a apresentação das contas de 2015 e informou que a Asserlegis possui mais de R\$ 55.300,00 (cinquenta e cinco mil e trezentos e reais) de saldo em conta corrente e aplicações no dia 07 de abril. Concluída a apresentação, o **presidente** colocou a prestação de contas 2015 em votação. As contas de 2015 foram aprovadas pela unanimidade dos presentes. O vice-presidente **Fernando Bolzoni** elogiou o ótimo trabalho do tesoureiro Jorge Dutra, o que também foi reconhecido por todos. **II – Apresentação e votação da proposta orçamentária 2016** O tesoureiro **Jorge Dutra** apresentou a proposta orçamentária para 2016. Concluída a apresentação, o **presidente** colocou a proposta em votação. A proposta orçamentária de 2016 foi aprovada pela unanimidade dos presentes. **III – Discussão e Elaboração da Pauta de Reivindicações** – O presidente **Roberto Lima** iniciou fazendo um relato das reuniões da Diretoria com a Administração da Assembleia Legislativa, no qual foi informado terem sido tratados os seguintes temas pendentes: **Reajuste Salarial** – o presidente destacou que durante a reunião, pelas projeções da Administração, percebeu-se que a base do Governo trabalha com a concessão do reajuste para abril/maio. Ele acrescentou que a Asserlegis estava trabalhando junto com as representações do Tribunal de Contas, Ministério Público e Tribunal de Justiça para fazer andar a proposta. Adriana sugeriu a confecção de adesivos pleiteando a reposição salarial. **Edison Guerreiro** considerou que a

Associação deve tomar a frente em ações para obtenção do reajuste e não ficar à espera dos demais sindicatos. Ele concluiu dizendo ser preciso traçar novas estratégias de reivindicações. **Fabício Ribeiro Sales** observou que, diante da situação do Poder Executivo, que a cada dia parece pior, o reajuste salarial não estava garantido. **Vale Refeição** – foi relatado que o valor do vale refeição dos servidores da Assembleia Legislativa foi reajustado anteriormente ao dos demais Poderes, os quais somente em breve deverão alcançar o patamar de R\$ 19,09 (dezenove reais e nove centavos), razão pela qual esse item da pauta de reivindicações foi tido por atendido. O tesoureiro **Jorge Dutra** informou que, de julho a fevereiro, calculando-se o valor reajustado pelo INPC (6,766%) o valor do vale passaria a R\$ 20,38 e, pelo IPCA (6,154%), passaria a R\$20,33. O secretário geral **Fabício Ribeiro Sales** ponderou que esses valores são inferiores ao custo de refeições no centro e sugeriu adotar-se a pesquisa de preço nos restaurantes do centro da cidade como uma forma mais realista para aferição do reajuste necessário. Todos concordaram e assim ficou definido. **Adicional de Qualificação** – o vice-presidente **Fernando Bolzoni** informou que a Administração recebeu a proposta da Asserlegis e que a submeteu ao exame jurídico da Procuradoria da Casa. Ele avaliou que, considerando o teor de parecer anterior, a expectativa é de nova manifestação favorável, após o que a decisão final caberá à Mesa. **Bolzoni** acrescentou que o adicional de 2% vai requerer mais tempo para regulamentação. **Nei Van Lare** observou que já que vamos regulamentar um item, seria preciso incluir o adicional de 2% para que possamos consolidar estes direitos e avançar para outras pautas. **Edison Guerreiro** questionou sobre quais ações a Associação adotará para acelerar a apreciação do AQ e afirmou que, embora a Associação tenha entregue a proposta pronta, era importante cobrar o andamento dela. **Edison** salientou que a categoria deve exercer pressão sobre a Administração, mas sem aceitar barganhar com a criação de cargos. **Bolzoni** informou que a análise da proposta do AQ está em andamento e que dependerá ainda do retorno do Diretor do DGP para finalização da apreciação administrativa. **Rafael Pereira** concordou com Edison Guerreiro e defendeu que a Associação discutisse propostas de ações para reforçar os pleitos da categoria. **Darielo Salatino** também defendeu ações concretas dos servidores, pois a Administração não tem levado em consideração os pleitos dos servidores efetivos. **Concurso Público** – **Fabício Sales** disse ver com preocupação a redução do quadro de servidores efetivos, pois há boatos de terceirização da Taquigrafia e da Informática. Ele salientou que esta redução do quadro efetivo lhe parecia planejada, pois à medida que se esvazia o quadro efetivo, vão-se abrindo funções gratificadas para provimento por servidores de fora da Casa. Ele citou o caso da abertura da FG da Divisão de Folha de Pagamento, a transferência do setor de Transporte para o Gabinete Militar, o descaso com a revisão do AQ e com os demais pleitos dos servidores efetivos. **Os servidores** debateram a necessidade urgente de concurso público, a desproporcionalidade entre o número de servidores ocupantes de CCs em relação ao de efetivos, a legalidade do artigo 29 da Lei 14.688/2015 bem como a importância de encontrar novas formas de pressão para que a categoria seja ouvida. **Fabício** propôs que a Assembleia Geral aprovasse a elaboração de uma representação ao Ministério Público solicitando que este, através de um Termo de Ajustamento de Conduta, obrigasse a Assembleia Legislativa a

realizar um concurso público diante da quase extinção dos servidores efetivos do Poder Legislativo. Ele acrescentou que a representação seria elaborada até a próxima Assembleia Geral quando seria analisada e aperfeiçoada bem como seria decidida a conveniência e a data de seu protocolo no Ministério Público. **Adriano Leindecker** argumentou que os servidores efetivos estão afastados do planejamento estratégico da Casa e sugeriu que trabalhássemos junto com o Grupo de Assessoramento Estratégico, na formulação das políticas de longo prazo. O presidente **Roberto Lima** informou que circulava pela Casa a intenção de criação de mais 06 cargos comissionados, a exemplo dos cargos criados pelo artigo 29 da Lei 14.688/2015. O vice-presidente **Fernando Bolzoni** argumentou que a categoria poderia opor-se e mesmo questionar a criação de novos CCs, porém reiterou que considerava vencida a discussão relativa aos cargos criados pela Lei 14.688/2015. **Édison Guerreiro** propôs a criação de um fórum de debates para amadurecer os temas fundamentais para a categoria. **Jorge Dutra** esclareceu que a Asserlegis já possui um fórum de *e-mails* que pode ser utilizado para estes debates. **Adriano Leindecker** argumentou que o planejamento do quadro efetivo não pode considerar apenas a questão da quantidade de servidores, mas também sua distribuição conforme as necessidades de cada setor, avaliadas através de estudo de métodos e processos definidos no planejamento estratégico de longo prazo. **Loiva Serafini** sugeriu a confecção de adesivos pelo adicional de qualificação e pelo reajuste inflacionário, além de ações de sensibilização do público externo para realização de concurso público, destacando já haver transcorrido onze anos desde a realização do último concurso público da Assembleia Legislativa. Ela também propôs a realização de um estudo acerca da repercussão financeira da aprovação do Plano de Carreira. **Fabrcício Sales** propôs o envio de carta da Asserlegis para a Comissão de Segurança e Serviços Públicos e para a Frente Parlamentar Em Defesa do Serviço Público relatando a necessidade de convocação de concurso para reposição do quadro efetivo e anexando o estudo do DGP. Ele também propôs visita aos Deputados membros da Mesa com entrega do estudo do DGP sobre o quadro de pessoal efetivo. O presidente **Roberto Lima** disse que as negociações com a Administração irão prosseguir e anunciou que nova Assembleia Geral seria marcada tomando como referência o próximo dia 30 de maio, uma semana antes ou depois conforme a necessidade, para avaliação da evolução das negociações e tirar novos encaminhamentos. O presidente propôs que se retomasse a elaboração da pauta de reivindicações. **Édison Guerreiro** solicitou que a Diretoria fosse acompanhada por um representante de cada nível nas negociações com a Administração. O presidente acolheu a proposta e retomou-se a elaboração da pauta de reivindicações. **Interstício de 02 anos para Promoção – Jorge Dutra** informou que a Asserlegis propôs à Administração a mudança no prazo para promoções que passaria de 03 para 02 anos, considerando que o atual regulamento de promoções em vigor já prevê a progressão em 2 (dois) anos e também considerando o quadro reduzido e a faixa etária dos servidores. Ele relatou que, na reunião da Diretoria com o Comitê Gestor, o Superintendente Geral argumentou que na maioria dos órgãos públicos era muito difícil chegar ao último nível da carreira, mas comprometeu-se a analisar esse pleito. **Inclusão da Promoção por Antiguidade e Aproveitamento do Tempo não Utilizado no Reenquadramento do Plano – Fernando Bolzoni**

informou que a Asserlegis solicitou à Administração a adequação da Lei à Constituição Estadual, mediante a previsão da promoção não apenas por merecimento, mas também por antiguidade, além do aproveitamento do resíduo de tempo não considerado quando do reenquadramento do Plano de Carreira, já por ocasião da primeira promoção desses servidores. Ele destacou que, dessa forma, seriam solucionados os dois problemas. **Fabício Sales** propôs que se incluísse na pauta de reivindicações a previsão de substituição de todas as funções gratificadas da Assembleia em caso de férias e outros afastamentos legais, destacando que, atualmente, apenas algumas dessas funções possuem esta previsão legal. O presidente **Roberto Lima** questionou qual será o posicionamento público da Asserlegis com relação à criação de novos Cargos em Comissão. A Assembleia Geral definiu que a Associação é contrária a criação de novos cargos de CC tendo em vista a grande desproporção já existente e que esta posição deverá ser comunicada à Mesa. **Nível I e II** – Roberto Lima relatou que a Asserlegis apresentou à Administração sua preocupação com o nível I, que não foi contemplada no Plano de Cargos e Salários, e que reiterou a ocorrência de prejuízo aos colegas do nível II, como o estudo entregue à presidente da Casa o demonstrava. Roberto relatou que o Superintendente Geral analisou os números e concordou ter havido perdas e comprometeu-se a analisar a situação e dar retorno à Diretoria. **Édison Guerreiro** lembrou que, quando da aprovação do Plano de Carreira, todos os servidores reconheceram ter havido prejuízo aos servidores do nível II e que todos se comprometeram a dar prioridade à correção dessa injustiça. **Adriano Leindecker** observou que o plano foi injusto, pois os colegas do nível II estavam ocupando funções de chefia há muitos anos, sem diferenciação com os colegas do nível III, porém a partir do Plano tiveram considerável redução salarial, mesmo ocupando a mesma função. O presidente **Roberto Lima** esclareceu que a Asserlegis criou um grupo de trabalho, debateu o resultado dos estudos deste grupo e encaminhou para a administração as reivindicações e propostas do nível II. **Rafael Pereira** reconheceu que a Asserlegis tem lutado pela causa do nível II e acrescentou que a saída dos estagiários também impactou negativamente nos serviços da Casa. **Fabício Sales** questionou o plenário acerca de sua proposta de representação ao MP para a realização de concurso público. Ficou definido que o tema será debatido na próxima Assembleia Geral. Todos os presentes manifestaram preocupação com o baixo comparecimento dos associados na Assembleia Geral e se comprometeram a dialogar com os demais colegas mostrando que se não estivermos unidos não teremos força para fazer avançar nossos pleitos. Nada mais havendo a tratar, o presidente **Roberto Lima** encerrou a reunião às nove horas e quinze minutos e eu, secretário-geral, lavrei a presente ata que vai assinada por ambos.

Roberto Lima
Presidente,

Fabrcio Ribeiro Sales,
Secretrio Geral.